



FÓRUM PARLAMENTAR
SOBRE ARMAS LIGEIRAS E DE PEQUENO PORTE

Declaração da política sobre segurança e apoio ao desenvolvimento

O Conselho Executivo do Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, realizado em 16 de Março de 2008, em Maputo, Moçambique

Muitas das vezes se diz que a Segurança e o Desenvolvimento são dois lados da mesma moeda. É impossível um desenvolvimento sem segurança; a segurança sem desenvolvimento é apenas temporária, e assim em diante. Antes da Cimeira das Nações Unidas durante a Assembleia Geral em 2005 o antigo Secretário Geral Kofi Annan citou no seu relatório “ em, a Grande Liberdade” que:

“ O mundo deve em conjunto avançar com as causas de segurança, desenvolvimento e direitos humanos, senão ninguém terá sucesso. A humanidade não desfrutará a segurança sem desenvolvimento, não desfrutará o desenvolvimento sem segurança, e não desfrutará mesmo sem respeito aos direitos humanos”

Hoje estamos numa fase onde a ligação entre o desenvolvimento e a segurança estão no top das prioridades da agenda política. Por exemplo, uma das mensagens de liderança do relatório do Painel do Alto nível das Nações Unidas é que “ o desenvolvimento e a segurança estão intimamente ligados. Não é possível existir um mundo mais segura ao menos que os países pobres sejam dados a oportunidade de desenvolver...Mesmo as pessoas nos países ricos estarão mais seguras se seus governos ajudarem os países pobres a vencer a pobreza e doença alcançado os objectivos de Desenvolvimento do Milénio.”

Não obstante, existem preocupações fundamentais relacionadas com a abordagem da assistência de segurança e desenvolvimento que precisa de ser encaminhada. Desde a inclusão das Nações Unidas a ligação íntima e inseparável entre a segurança, desenvolvimento e direitos humanos tem sido um tópico de recorrência do debate mas a responsabilidade de realizar actividades para alcançar os objectivos dentro destas áreas tem sido tratado dentro de departamentos separados ambos dentro do sistema das Nações Unidas e entre instituições estatais.

A ligação do desenvolvimento e a segurança abriu a porta para aumento de fundos e atenção política uma vez que muitas das vezes a segurança implica atenção imediata e prioridade política. Depois dos ataques terroristas de 11 de Setembro, as tendências no debate sugeriram que as ligações entre a pobreza e o terrorismo são inseparáveis, que os fundos direccionados a redução da pobreza reduzirão o terrorismo. Hoje, o debate foi em parte desviado para outra direcção dada a realização que os fundos de desenvolvimento que foram desviados de uma forma crescente para os projectos de combate ao terrorismo não foram necessariamente eficientes para o combate a pobreza.

Enquanto que o combate a pobreza é um investimento no aumento da segurança, o seu inverso é muito mais complicado. As áreas com pobreza crónica podem ser ignoradas se elas não forem consideradas uma ameaça imediata da segurança. Um foco importante sobre segurança e combate ao terrorismo pode colocar as necessidades de estabilidade a curto prazo perante as necessidades a longo prazo das prioridades imediatas e de justiça dos países doadores perante as necessidades dos pobres.

Uma das principais preocupações acerca da emergente agenda de segurança e desenvolvimento é que a fazer a ligação da segurança com o desenvolvimento é susceptível de resultar na segurança do desenvolvimento ao invés do “desenvolvimento” de segurança. Os laços cépticos da segurança e desenvolvimento também se referem ao perigo ao ligar a *pobreza* e o *terrorismo*. A pobreza como tal não leva a conflito, ali onde a desigualdade sempre pode. A injustiça e a impunidade criam frustração e se os instrumentos democráticos falharem em concretizar suas responsabilidades civis existe um risco que a frustração social leva a acções não democráticas e o uso unilateral e ilegítimo da violência. Estas desigualdades podem apenas ser estabilizadas através de profundo desenvolvimento.

Nas reuniões de Alto Nível do Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) e da organização de cooperação económica e desenvolvimento (OCED) em 2005, o apoio de os critérios do Apoio do Desenvolvimento Oficial relacionado a segurança (ADO) foram expandidos em poucas áreas limitadas. As despesas associadas com a reforma do sector de segurança não militar, controlo de armas de pequeno porte e ligeiras, e a resolução de conflito tornaram-se Apoio de Desenvolvimento Oficial elegíveis.

Poucos países propuseram alargar os critérios para incluir a reforma e formação não militar das forças militares e operações de conservação da paz, incluindo as contribuições a “capacidade das operações de apoio a paz” desenvolvendo militares do país. Porém, a maioria dos membros resistiram fortemente a mais expansões do Apoio do Desenvolvimento Oficial (ADO) para programas militares relacionados com a cooperação entre os doadores e países em desenvolvimento e a Reunião de Alto Nível em 2005, estas foram rejeitadas.

Várias preocupações têm sido destacadas no debate. Primeiro, a expansão dos critérios de ADO para incluir despesas militares comprometem o financiamento previsto para a redução da pobreza e alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Existe uma preocupação de que os países que já alcançaram os objectivos das Nações Unidas podem re-alocar o financiamento e que os países que ainda não alcançaram os objectivos podem encontrar uma maneira fácil de de atingir o objectivo, sem mais alocação para o desenvolvimento.

Existe também uma preocupação ente as ONGs de desenvolvimento que a tendência crescente e de priorizar motivos geográficos e segurança a quando a alocação de apoio Esta é visível no facto de que mais de 60% de aumento no Apoio de Desenvolvimento Oficial entre 2001 e 2004 foi alocado a três países, Afeganistão, Iraque e a Republica de Democrático de Congo, que entre eles são locais com menos de 3% da população empobrecida nos países em desenvolvimento. A expansão adicional do critério do Apoio de Desenvolvimento Oficial meramente apoiaria a ligação do combate contra o terrorismo e o combate contra a pobreza.

Adicionalmente, a expansão do critério poderia alcançar o auto-interesse dos países doadores pela estabilidade a curto prazo ou esforços contra o terrorismo na despesa da questão dos países pobres para o desenvolvimento e paz numa perspectiva a longo prazo. Tal abordagem poderia aumentar a tensão do crescimento já existente no sistema das Nações Unidas entre o Norte e o Sul.

Claramente, o objectivo primário da ADO deve ser a erradicação da pobreza. Embora reconhecendo as ligações entre segurança e desenvolvimento ea necessidade de uma abordagem integrada, nas operações de paz e desenvolvimento, o foco deve sempre ser sobre "segurança humana" ao invés de "segurança armada". Segurança e actividades militares deverão ser financiadas pelos orçamentos estatais de defesa, e não financiadas pelo fundo do apoio ao desenvolvimento. Uma abordagem holística e integrada não requer novas expansões dos critérios de Apoio ao desenvolvimento oficial e os recursos devem ser reservados apenas para a erradicação da pobreza.

Objetivos

O Conselho Executivo do Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, realizado em 16 de Março de 2008 em Maputo, Moçambique;

Reconhece a relação entre segurança e desenvolvimento a qual precisa de uma abordagem integrada, simultânea para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com o objectivo último de segurança humana;

Apoia as políticas actuais da OCED -CAD sobre a relação entre a segurança e o desenvolvimento, reafirmando que a proliferação de armas ligeiras afeta negativamente o desenvolvimento, mas resiste fortemente a expandir a definição dos critérios de ADO a incluir despesas de segurança e de actividades militares, incluindo actividades que prejudicam a credibilidade dos doadores e a eficiência e a legitimidade do apoio;

Salvaguarda a cooperação do desenvolvimento no seu próprio direito, não como um instrumento para outras necessidades, e apoia a implementação dos programas na base de desigualdade e exclusivamente relacionados com o desempenho contra a redução da pobreza, e não para objetivos de segurança;

Sublinha a necessidade de compromissos políticos e legislativos para assegurar que o papel da ajuda é o combate contra a pobreza e a desigualdade e que os orçamentos de apoio não deve ser direccionado a outros fins;

Encoraja aos membros do Fórum nos seus respectivos parlamentos a se engajarem activamente para assegurar que a ajuda ao desenvolvimento chegue as pessoas mais pobres e que não seja atribuída de acordo a pretensão de segurança nacional, global ou interesses exteriores dos doadores;

Advoga para os países em desenvolvimento exerçam controlo sobre as suas políticas de desenvolvimento e assegurando que as condições da política económica fortaleçam os processos democráticos;

Apoia aos membros do Fórum no seus trabalhos parlamentares a apoiarem seus governos a assegurar que o ADO se mantenha dentro dum foco claro da redução da pobreza, criticamente monitorizando as despesas, enquanto ao mesmo tempo evita que os orçamentos de ajuda sejam inflados com aumento das despesas relacionadas com, por exemplo, os créditos de exportação, a anulação da dívida ou os custos para refugiados e estudantes.

Mandata o secretariado do Fórum a fazer o acompanhamento do debate internacional sobre a ajuda e a segurança e de fornecer informação adequada aos membros do Fórum.